

análise econômica

- ◆ Finance and Growth:
is Schumpeter Right?
- **Philip Arestis**
- **Panicos Demetriades**

- ◆ Repensando a
Revolução Marginalista
- **Ricardo Luis C. Fêijó**

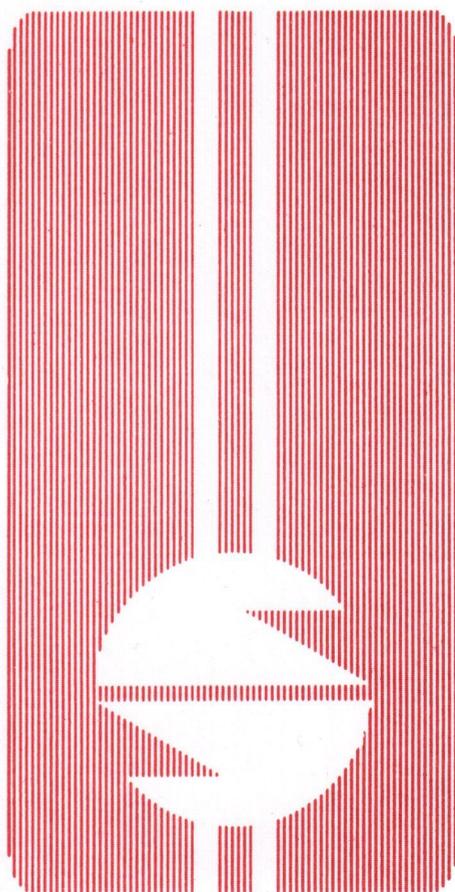
- ◆ O Papel dos
Rendimentos Crescentes
na Localização Econômica
- **Paulo Augusto P. de Britto**

- ◆ Credibilidade e Mercado Secundário
da Dívida Externa Brasileira
- **Paulo Calderon**
- **Rosa Fontes**

- ◆ Fronteira de Eficiência
sob Condições de Risco
- **Luís A. de Araújo**
- **José Vicente Caixeta Filho**

- ◆ A Criação de
Municípios e seu Impacto na
Qualificação do Espaço Urbano
- **Maria Conceição B. Scussel**

- ◆ Um Estudo Crítico das Relações
entre as Poupanças Privada,
Pública e Nacional
- **Martin R. Cavalcanti**
- **Joanílio R. Teixeira**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof^a. Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretora: Prof^a. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Fernando Ferrari Filho

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Marcelo Savino Portugal

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Carlos Guilherme A. Mielitz Netto

CONSELHO EDITORIAL: Achyles B. Costa, Aray M. Feldens, Carlos A. Crusius, Carlos G. A. Mielitz Netto, Eduardo A. Maldonado Filho, Eduardo P. Ribeiro, Eugênio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo S. Portugal, Nali J. Souza, Otilia B. K. Carrion, Paulo A. Spohr, Paulo D. Waquil, Pedro C. D. Fonseca, Roberto C. Moraes, Ronald Otto Hillbrecht, Stefano Florissi, Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando H. Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João R. Sanson (UFSC), Joaquim P. Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Paul Davidson (Univ. of Tennessee), Werner Baer (Univ. of Illinois).

COMISSÃO EDITORIAL: Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Paulo Dabdab Waquil, Marcelo Savino Portugal, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Eduardo Augusto Maldonado Filho

EDITOR ADJUNTO: Gentil Corazza

SECRETARIA: *Revisão de textos:* Vanete Ricacheski.

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. EDUARDO AUGUSTO MALDONADO FILHO

Revista *Análise Econômica* - Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3324 e 316-3440 - Fax: (051) 316-3990

rae@vortex.ufrgs.br

REPENSANDO A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: uma síntese da recente crítica historiográfica às interpretações do período

Ricardo Luis Chaves Feijó*

RESUMO

Embora a expressão "revolução marginalista" seja de uso consagrado nos livros-texto de História do Pensamento Econômico, um estudo da evolução das idéias econômicas na segunda metade do século XIX indica que o período dos anos setenta daquele século não representou uma ruptura com a tradição anterior que justifique o emprego do termo "revolução".

O que se verificou com a publicação das obras de Jevons, Menger e Walras, entre os anos de 1871 e 1874, foi a articulação de uma tradição que já vinha desenvolvendo-se em trabalhos dispersos desde a década de trinta. Tal tradição caracteriza-se pelo emprego do cálculo marginalista e da noção de utilidade. Além disso, dois outros argumentos são usados na interpretação desses eventos, a tese da "desomogenização" das contribuições desses autores e a idéia de impossibilidade de uma síntese entre essas teorias e a velha escola clássica.

Cód. AEA: 030

Palavras-chave: revolução, marginalismo, teoria do valor, subjetivismo, epistemologia econômica, escola austríaca.

ABSTRACT

In spite of the expression "marginalist revolution" can be of knowed use in History of Economics Thinking' manuals, a study about the evolution of economics ideas in the second half of nineteen century shows that the seventy years' period of this century don't result a breaking point with old tradition to justify the use of the word "revolution".

What happening with the publication of Jevons, Menger and Walras' books, between the 1871 and 1874 years, was the articulation of a tradition that was developmenting in scattering books since the thirties years. This tradition is recognised by the use of marginalist calculus and the utility concept. Additionally, two others arguments are used in the events' interpretation: the "dehomogenizing" thesis of this authors contributions and the idea of impossibility of synthesis between this theories and the classical school.

AEA Cod: 030

Key Words: revolution, marginalism, value theory, subjectivism
economics epistemology, Austrian School.

*Professor assistente da FEA-USP, campus de Ribeirão Preto e doutorando em economia no IPE-USP. riccfeij@usp.br.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 16	N.30	SETEMBRO/98	p. 23-46
-------------------	--------	------	-------------	----------

1 - INTRODUÇÃO

O trabalho de rotina do historiador das idéias consiste na leitura de textos do passado de uma disciplina e a sua correspondente interpretação à luz tanto dos desdobramentos conceituais e lógicos internos à mesma, quanto em consideração às ocorrências históricas externas à disciplina em tela. Esses especialistas acadêmicos algumas vezes são obrigados a abandonar a sua tarefa por excelência e passarem a debater entre si os próprios esquemas lógicos que eles construíram preteritamente no esforço interpretativo da história. Há uma importante revisão historiográfica do período conhecido como "revolução marginalista" que, tendo sido implementada em trabalhos publicados nos últimos anos, hoje encontra-se completa. As conclusões desses estudos são surpreendentes, muitos mal-entendidos continuarão a ocorrer enquanto os professores de História do Pensamento Econômico e os manuais especializados não atualizarem sua leitura do período.

Este artigo propõe-se a fazer uma síntese dos recentes achados dos historiadores das idéias econômicas sobre o período correspondente aos anos setenta do século XIX. Dessa síntese, três revisões críticas são propostas, a saber:

1. É equivocada a idéia de que a ciência econômica tenha passado por uma revolução entre os anos de 1871 e 1874, período que vai do ano de publicação da *Teoria da Economia Política* de W.S. Jevons (1996) e do *Grundsätze* de C. Menger (1988), à publicação dos *Elementos de Economia Política Pura* de L. Walras (1996).

2. A proximidade das obras desses três autores não se deve exagerar. Embora todos eles tenham repudiado a teoria do valor clássica e tenham proposto uma teoria que assevera a natureza subjetiva do valor, não há homogenidade entre suas obras. Partem eles de diferentes matrizes filosóficas, articulam cada qual uma descrição particular do fenômeno econômico valendo-se de conceitos e técnicas próprias e de um estilo argumentativo peculiar a cada um.

3. As novas técnicas marginalistas e o subjetivismo da nova escola não representaram um elemento que os economistas clássicos deveriam incorporar em suas teorias a fim de sanar suas debilidades teóricas. As críticas à economia clássica não apontavam em direção ao marginalismo, nenhuma síntese entre essas duas escolas foi aceita pelos primeiros marginalistas e a síntese proposta por A. Marshall teve um alcance limitado a seus seguidores diretos.

2 - CRÍTICA À IDÉIA DE "REVOLUÇÃO"

A idéia de revolução é emprestada da política, o emprego do termo para descrever processos de mudanças radicais nas instituições políticas popularizou a idéia de que revolução implica ruptura completa com o passado e construção de algo inteiramente novo; muito embora as rupturas históricas envolvidas nos processos políticos nunca sejam tão abruptas a ponto de falarmos em descontinuidades - antigos hábitos, costumes e tradições resistem aos novos ventos revolucionários. Na historiografia da ciência, a obra de Thomas S. Kuhn (1982) difundiu o termo como categoria analítica para se entender o progresso da ciência. Tal categoria não foi uma abstração teórica imposta por Kuhn mas um elemento do processo histórico concreto.

Muito antes de Kuhn, os historiadores do pensamento econômico utilizaram o conceito de revolução para descrever certos períodos na evolução das idéias econômicas. Em 1911, o livro do professor Lewis H. Haney (1949) já batizara o início dos anos setenta de "revolução marginalista". O termo revolução também tem sido empregado entre os economistas para descrever o impacto da obra de J.M. Keynes nos anos trinta deste século. Estes talvez sejam os casos mais freqüentes em que o termo seja empregado nessa disciplina, às vezes, porém, aparece associado a outros episódios. Sem pretendermos uma avaliação ampla sobre a adequação do uso do termo "revolução" na descrição de momentos no desenvolvimento das idéias econômicas, vejamos o caso da "revolução marginalista".

A que episódio concreto alude essa "revolução"? Ela retrata simplesmente a publicação quase simultânea dos principais tratados teóricos de Jevons, Menger e Walras. O fato descrito não vai além disso. Não há coincidência nas datas em que esses autores tiveram os principais *insights* teóricos dos pontos que seriam explorados em suas obras. Jevons passou a trabalhar com a idéia-chave de utilidade marginal imediatamente após o seu regresso a Londres, vindo da Austrália, em 1859, e três anos depois apresenta à "Associação Britânica para o Avanço da Ciência" um artigo intitulado *Notice of a General Mathematical Theory of Economy* em que retrata a essência de seu sistema teórico - cf. Hutchison (1953, p.36).¹ Menger só se preocupou com o problema do valor e da determinação dos preços a partir de 1867 - cf. Hayek (1968, p.124). Walras trabalhou por muitos anos escrevendo suas notas de aulas em Lausanne que se tornaram o embrião dos *Elementos*.

O que há de comum nestas três obras que teria exercido impacto

¹ Jevons (1996, p.47) viria a afirmar mais tarde que todos os principais pontos de sua teoria do valor foram esboçados neste artigo

revolucionário no desenvolvimento da ciência econômica? A resposta a essa questão é problemática porque ela não pode encobrir o fato de que as contribuições de cada autor são bastante distintas. Há mais elementos separando as suas obras do que as unindo em torno de uma causa. A questão da "desomogenização" será examinada na próxima seção, por ora busquemos elementos em comuns que pudessem ensejar uma "revolução científica". Seriam eles:

a) Uma definição mais estrita do âmbito da teoria pura. A questão do crescimento econômico, central entre os clássicos, passa a ser de interesse para a economia histórica ou aplicada. O núcleo da teoria econômica deve se preocupar com eficiência alocativa.

b) Maior papel deve ser atribuído pela teoria ao lado da demanda e do comportamento do consumidor. A noção de utilidade passa a fazer parte ativa na teoria do valor.

c) A teoria deixa de considerar as classes sociais, só se preocupando agora com atores abstratos.

Outros aspectos usualmente atribuídos às novas teorias não são unânimes entre os "revolucionários":

a) A idéia de que a teoria parte do cálculo de prazer e dor só é explicitamente articulada em Jevons.

b) O uso da matemática na solução de problemas alocativos só se faz presente em Jevons de modo incipiente, e em Walras, com mais desenvoltura.

c) O conceito de equilíbrio aparece em Jevons, como ponto de maximização individual, e em Walras, de modo mais amplo, implicando equilíbrio subjetivo e equilíbrio de mercados. Menger trabalha com modelos de desequilíbrio, não fazendo uso do conceito.

A idéia de "revolução marginalista" pode inicialmente ser criticada se mostrarmos que os três elementos inovadores presentes em comum nos três autores, não são de fato novidades teóricas.

O primeiro elemento que apontamos, a redefinição de um núcleo teórico para a economia, já está presente nos escritos metodológicos dos próprios economistas clássicos. A estratégia de demarcar os diferentes tipos de investigação econômica, separando teoria de estatística, de história econômica e de economia prática, conheceu argumentos mais sofisticados nas acirradas controvérsias metodológicas que envolviam, além dos clássicos, os economistas históricos. No entanto o movimento no sentido de confinar a teoria ao estudo da eficiência econômica nas escolhas de um agente abstrato não tinha avançado até então ao ponto em que Walras e Menger conceberam a teoria abstrata. Resta, de fato, um elemento revolucionário na redefinição crítica do âmbito da ciência impetrada por esses autores. Mas temos que considerar que os escritos metodológicos de

Walras nos *Elementos* só ocupam dois breves capítulos iniciais; Menger só viria a tratar de metodologia anos depois em 1883 no *Untersuchungen* - Menger (1883) - e em 1889 no *Grundzüge* - Menger (1889). O tratamento de Jevons a questões de método é confuso.

O uso do conceito de utilidade na teoria do valor não se constituía em novidade teórica na década de setenta. O nascimento da doutrina da utilidade marginal é anterior ao período "revolucionário". Nos anos trinta, a utilidade marginal decrescente já era aventada em F. Lloyd, N. Senior e R. Whately. Depois disso, a teoria da utilidade marginal aparecera em Dupuit, em 1844 na França, Gossen, em 54 na Alemanha e, um ano depois, em Richard Jennings na Inglaterra. A "revolução marginalista" procurou alargar o emprego da noção de utilidade utilizando-a não apenas na solução de problemas específicos, mas como bloco básico na edificação de um sistema teórico. Como técnica, a análise da utilidade marginal não era nova, mas os "revolucionários", principalmente Walras, trataram de aperfeiçoar a teoria. Entre os anos de 1834 e o início da década de 1870, uma leva de autores trabalhou isoladamente com o cálculo marginalista.² Nem todos tiveram a idéia de explorar a demanda do consumidor com o uso da ferramenta da teoria da utilidade. Porém todos compartilhavam entre si um núcleo comum de idéias econômicas espalhadas em diversos países da Europa. Esses autores compreenderam o ferramental marginalista, embora tenham percebido a sua significância somente em relação a um determinado problema. Por conseguinte, deixaram de desenvolvê-lo como instrumento analítico geral, isto é, não houve até os anos setenta daquele século uma aplicação geral do conceito de contribuição marginal às teorias da utilidade, do custo, da receita e da produção - cf. Rima (1977, p.262). Um sistema teórico marginalista mais geral estivera em germinação entre 1862 e 1873. A "revolução marginalista" corresponde à publicação destes trabalhos entre 1871 e 1874.

Mais importantes quanto a seu impacto revolucionário foram as conseqüências epistemológicas da teoria subjetiva do valor. No entanto somente Menger soube compreendê-las e despender esforços significativos em procurar extrair suas profundas implicações para a compreensão do fenômeno social. O subjetivismo de Jevons era ainda uma versão, algo tosca, do hedonismo de Bentham, e Walras sempre esteve inseguro quanto ao emprego do seu conceito de *rareté*.

² Entre eles destacamos Cournot e Jules Dupuit na França; von Thünen e Gossen na Alemanha; William T. Thornton, Francis D. Longe, Fleeming Jenkin e Richard Jennings, na Inglaterra. A data inicial de 1834 é fornecida por Blaug (1972), ela corresponde ao lançamento dos escritos de W. F. Lloyd e Mountfort Longfield onde se desenvolve a distinção entre utilidade total e marginal.

Um terceiro aspecto "revolucionário" da contribuição desses autores pode ser avaliado considerando-se a mudança na maneira como o objeto de estudo da economia passou a ser visto. Procurou-se neutralizar o componente político da ciência. Neste ponto, a mudança no nome de *Political Economy* para *Economics*, proposta por Marshall, é emblemática. A economia política dos clássicos era essencialmente "política", estando voltada para a compreensão das relações socio-econômicas entre os homens em sua capacidade como produtores (as relações de classes sociais). Estas relações é que determinariam, em última análise, as relações de mercado. Os marginalistas abstraem da ciência econômica as classes sociais, e com elas as relações sociais, e voltam-se para a relação psicológica entre atores abstratos e bens - cf. Meek (1972, p.500). A economia marginalista julga que seria possível separar relações puramente econômicas de relações de natureza política e que seria possível para a ciência econômica um trabalho puramente analítico sem referências a questões políticas. Os marginalistas não negam que a economia é uma ciência com uma dimensão social, eles acreditam, entretanto, na existência de um núcleo teórico que pode e deve mesmo abstrair-se dos elementos sociais.

O núcleo abstrato da teoria trata de um objeto tido como "natural" e regido por leis naturais. Jevons e Walras vêem essas leis como se elas tivessem um substrato psicológico, embora só Jevons tenha aplicado as idéias de Bentham na investigação dos elementos psicológicos, Walras mais os assume do que os investiga e Menger trata não da psicologia do consumidor, mas das relações naturais "exatas" que se estabelecem entre a estrutura das necessidades e os bens.

Em relação à economia clássica, os marginalistas estão fazendo algo de inteiramente novo, mas isso não significa que eles representem uma revolução no pensamento econômico. Por vários motivos. Primeiramente porque os "revolucionários" dos anos setenta estão aperfeiçoando e integrando conceitos e técnicas que foram sendo propostas por diversos autores em diferentes países ao longo do século XIX. Os novos trabalhos estão em linha de continuidade direta com a contribuição de seus antecessores. Há, entretanto, uma construção teórica e epistemológica que não se havia ambicionado anteriormente. Eles não estavam preocupados em solucionar problemas práticos específicos, mas em integrar suas crenças epistemológicas e metodológicas num amplo arcabouço teórico. Em segundo lugar, os jovens economistas que protagonizaram a "revolução" não tinham até então nenhum compromisso com a economia política. Mesmo profissionalmente, Jevons tinha sido meteorologista e trabalhado como avaliador de metais em sua estada na Austrália, Menger formou-se em direito e havia trabalhado como jornalista econômico em análise de

mercados; Walras tentou várias profissões, de engenheiro, escritor literário, bancário, etc., até se firmar como professor em Lausanne. É verdade que eles conheciam a obra de Ricardo e Mill, mas não tinham nenhuma intenção de corrigi-la ou aperfeiçoá-la, simplesmente estavam edificando uma nova ciência.

Portanto, embora do ponto de vista conceitual, técnico e epistemológico, haja uma gritante discrepância em relação aos clássicos, é um exagero chamar os eventos da década de setenta de revolução. Não se trata propriamente de uma revolução porque, como vimos, suas idéias básicas haviam se desenvolvido gradualmente ao longo do século XIX e também porque o impacto dessas idéias na comunidade acadêmica não foi imediato. Levaria mais de uma década para receber uma acolhida maior por parte de importantes economistas.³ Nem foram idéias desenvolvidas na mesma época. Houve apenas coincidência na proximidade das datas de publicação, o que catalisou o impacto do evento. A aceitação gradual da nova teoria não se deve às suas recomendações práticas. Até porque ela era irrelevante aos problemas concretos.⁴ A teoria da utilidade foi utilizada para explicar o comportamento econômico, particularmente o comportamento do consumidor. Apenas secundariamente ela seria utilizada para recomendar ou justificar políticas econômicas. As possíveis conseqüências práticas que se poderia extrair da teoria estavam em continuidade às dos clássicos - cf. Blaug (1972, p.279) e Stigler (1950,

³ Blaug (1972, p.274) narra-nos, citando Howey (1960, caps. 26 e 27), que a revolução marginalista permaneceu desconhecida a seus contemporâneos e que só na passagem do século o termo se tornou mais freqüente entre historiadores do pensamento econômico. Para Blaug (idem, p. 277), não se trata de revolução mas de mudança gradual. Para Hutchison (1972), o termo revolução precisa ser dimensionado por três considerações: 1. alguns aspectos da ortodoxia sobreviveram ao ataque dos "revolucionários", 2. outros aspectos nunca foram atacados, 3. houve uma restauração contra-revolucionária com a retenção dos conceitos e da terminologia clássicas em Marshall.

⁴ Por ocasião do centenário da publicação da "Riqueza das Nações", reuniu-se um grupo de economistas em 31 de maio de 1876, no Clube de Economia Política de Londres, para debaterem o legado de Adam Smith, a situação atual dessa ciência e as suas perspectivas futuras. Jevons estava presente. Ele resumiu os principais problemas práticos a serem enfrentados pelos economistas: a pobreza, o conflito trabalhista, a distribuição de renda, o papel do Estado e a dificuldade de fazer uma política monetária esclarecida. Tais problemas, diz ele, não levaram a um acordo entre os economistas sobre o que deveria nortear o desenvolvimento da teoria econômica. Meses depois, numa aula inaugural no University College de Londres, Jevons escreveria um ensaio intitulado "The Future of Political Economy", onde é discutido: o papel da história na economia, a importância do conceito de escassez, os limites do laissez-faire e as flutuações do mercado monetário. Cf. Hutchison (1953, p. 28-32).

p.307).⁵ Mais do que diretivas de ação, os marginalistas edificaram uma nova visão da ciência econômica, no que diz respeito tanto a aspectos teóricos quanto a seu método e a natureza do seu objeto.

No entanto as novas teorias não angariaram muitos adeptos, e a economia clássica continuou exercendo alguma hegemonia na Inglaterra. Contudo a economia clássica atravessava uma certa crise desde meados dos anos sessenta, época em que se passou a dar importância crescente à escola histórica. Mas nos anos setenta, e mesmo nos anos oitenta, a velha escola clássica ainda mantinha seu público cativo, revitalizado pelo aparecimento dos escritos de Cairnes e Henry Sidgwick, obras que seguiam a antiga moldura clássica.⁶ A principal crítica feita aos clássicos apontava as deficiências nas teorias de salário, principalmente a *teoria do fundo de salários*.⁷ É claro que a teoria marginalista daria uma contribuição importante a essa questão teórica, mas isso só seria compreendido muito depois. Os próprios autores clássicos trataram de aperfeiçoar a teoria incorporando a produtividade como determinante dos salários.

Aos olhos da época, a principal doutrina que poderia substituir a economia clássica não seria certamente a da escola marginalista, dado o isolamento de seus proponentes e o fato de ela ir contra as principais tendências acadêmicas da segunda metade do século XIX, que apontavam na direção de trabalhos interdisciplinares e de modelos evolucionistas. O marginalismo não fez concessão a essas tendências. Na Inglaterra, somente Jevons se projetara no momento da “revolução”; não em função do seu uso da teoria marginalista, e sim pela notoriedade alcançada em seus trabalhos estatísticos. Maiores esperanças de desenvolvimento da ciência econômica eram depositadas nos adeptos da escola histórica. A escola histórica inglesa e alemã, porém, se enfraqueceram no começo do século XX. Citemos outras doutrinas que, no período, poderiam vir a ocupar o espaço hegemônico da economia clássica. Além da escola histórica, poderíamos citar os institucionalistas americanos, a escola francesa e o marxismo como possíveis aspirantes.

⁵ Stigler (1972, p. 578) nos diz que, em termos práticos, a teoria da utilidade nada acrescentou à teoria clássica, mesmo com os trabalhos de Pareto e Irving Fisher. A nova teoria, continua ele, teve pouco a dizer sobre a lei dos cereais, sobre livre comércio, Banco Central, Lei de Say, taxação, colonização, superpopulação e outros problemas prementes à época. Stigler nos conta ainda que a teoria da utilidade não tomou parte importante nas controvérsias orientadas por políticas até a I Guerra Mundial e que (p. 584) a adoção da teoria da utilidade em trabalhos práticos só surgiu a partir dos anos quarenta.

⁶ Os *Leading Principles* de Cairnes são de 1874, este livro faz uma síntese das principais doutrinas da economia clássica. Os *Principles of Political Economy* de Sidgwick são de 1883

⁷ Schumpeter (1954, p. 671) nos diz que nos anos setenta “*killing the wage fund became a favourite sport*”, apud. Hutchison (1972, p. 460).

Que a ciência econômica caminharia na direção da microeconomia da utilidade marginal não era algo que poderia ser percebido já naquela época. A economia política dos anos sessenta não parecia indicar isto. Havia mais de um modelo para onde iria a economia ricardiana. O conceito-chave de utilidade marginal estava no ar, mas não se pode dizer que ele seria inevitável - cf. Blaug (1972, pp.271-272).⁸ A emergência da revolução marginal, na década seguinte, não era um fenômeno que se pudesse prever. Blaug identifica para o período em tela dois passos teóricos prováveis no desdobramento da economia clássica inglesa:

1. A generalização da análise marginal da teoria da renda de Ricardo para qualquer fator de produção e

2. A transformação da teoria do valor-trabalho numa análise do tipo insumo-produto.⁹

O institucionalismo conquistou um certo prestígio nos Estados Unidos, principalmente nos escritos de Veblen, na época da Primeira Guerra Mundial - cf. Haney (1949, p.549). Nada que impedisse a aceitação da economia teórica marginalista e o seu aprimoramento em trabalhos de brilhantes economistas norte-americanos como Irving Fisher e John Bates Clark. O institucionalismo, que foi nos EUA o sucessor da escola histórica, padecia da fraqueza de não propor uma compreensão teórica dos problemas. A escola francesa, por outro lado, pelas suas debilidades teóricas não poderia substituir a economia clássica. Em parte, estava inserida nela. Antecipou, entretanto, alguns conceitos que foram utilizados depois por Walras. Say já falava, à sua época, em utilidade. Antes dele, temos Bernoulli, que aplicou este conceito na análise da teoria dos seguros, deduzindo o teorema da diversificação do risco. O trabalho de Bernoulli tornou a teoria da utilidade disponível para os economistas franceses, mas atraiu a atenção apenas dos poucos economistas contemporâneos conhecedores da literatura matemática.¹⁰ Auguste Walras, pai de Leon Walras, explorou o conceito de escassez que levou o filho, no intuito de aperfeiçoá-lo, à noção de utilidade marginal.

O legado de Marx seria outra possibilidade a substituir a escola clássica, se tivesse atraído para si os descontentes da época com a economia ricardiana. Marx, porém, não os galvanizou. No século passado, antes da década de oitenta, a sua obra em nada afetou o ambiente

⁸ Para Hutchison (1972), pelo contrário, os conceitos "marginal" e "utilidade marginal" são de tal significância básica que eles apareceriam em algum tempo.

⁹ A proposição de que o preço do fator se iguala ao valor do seu produto marginal só aparece nos anos de 1890. A análise insumo-produto foi proposta por Leontief no século XX. Cf. Blaug (1972, p. 272).

¹⁰ Entre eles Babbage, Whewell, Malthus, Thünen, Cournot e Canard. Cf. Stigler (1972, p. 575).

acadêmico dos economistas. Embora o primeiro volume da sua *magna opus* *O Capital* tenha sido de 1867, ele só foi traduzido para o inglês em 1887. Marx morreria desconhecido em 1883 - cf. Blaug (1978, p.307).¹¹

Enfim, a economia clássica continuou o seu domínio após os anos setenta, é verdade que de modo cada vez mais claudicante. O início dos anos setenta era, de fato, um momento apropriado para o aparecimento de novas idéias na Inglaterra. Neste período, contudo, predominam as críticas destrutivas. Hutchison caracteriza-o identificando nele uma revolução no sentido negativo e destrutivo. No seu pior momento, a economia política quase foi eliminada da respeitada *Associação Britânica para o Avanço da Ciência*, quando Francis Galton tentou excluir a assim chamada seção F.¹² Em meio a um interregno confuso de duas décadas, não se firmou um acordo entre os rebeldes sobre o que deveria substituir as teorias ortodoxas. Na falta de consenso entre os críticos, a economia clássica ainda manteve seu domínio.

Embora o uso do conceito de revolução possa ser justificado do ponto de vista didático, para se ressaltar o momento de crise que passava a ciência econômica e o início de um ponto de inflexão que lentamente conduziu essa ciência na direção do marginalismo, este não é um conceito historiográfico apropriado para a descrição do período. Nos anos setenta do século passado, as obras de Jevons, Menger e Walras eram apenas mais uma via dentre inúmeras escolas alternativas que se contrapunham direta ou indiretamente à vertente clássica principal. Walras se tornou conhecido mais entre os italianos, nem os franceses reconheceram, à época, o valor de seu trabalho. Seus *Elementos* só foram traduzidos para o inglês em 1954. Jevons morreu jovem e somente conquistou certo prestígio graças a seu trabalho estatístico. Marshall, que dominou a academia inglesa já na última década daquele século, não admirava Jevons. Menger só se tornou conhecido mundialmente através da influência exercida por seus discípulos diretos Wieser e Böhm-Bawerk. Os dois únicos livros de Menger, o *Grundsätze* e o *Untersuchungen* demoraram quase oitenta anos para serem traduzidos para o inglês.

3 - A TESE DA "DESOMOGENIZAÇÃO"

Os três expoentes da revolução marginalista comungam posições metodológicas semelhantes sobre o papel da teoria pura e sua relação com conclusões políticas. Todos atacam a escola histórica. Entretanto não se pode concluir que esses autores compartilhem a mesma epistemologia

¹¹ Ibsate (1994, p.94) afirma que Jevons, Menger e Walras não conheciam as idéias de Marx.

¹² A seção F era destinada à economia política

econômica. Pelo contrário, suas posições em muitos outros aspectos são bem diferentes. Todos enfatizam o problema da escassez e buscam um refinamento da lógica econômica, fornecendo um tipo de lógica da escolha econômica racional. Mas subsistem diferenças importantes: Jevons e principalmente Walras propuseram-se estender a aplicação da análise matemática à teoria econômica. Para Jevons, a ciência econômica exata trata seus termos com matemática; Walras adotou o método matemático com fervor.¹³ Menger, por sua vez, diz que devemos evitar o emprego de formulações matemáticas, aplicando-as somente em casos extremos - cf. Blaug (1972, p.275).¹⁴ Jevons acha que a economia deve ser testada empiricamente, seus termos matemáticos referem-se a quantidades mensuráveis,¹⁵ enquanto que em Menger há um abismo separando as ciências teóricas das ciências históricas e estatísticas: a economia não é testada empiricamente assim como não se testa a geometria.¹⁶ Jevons e Walras esforçaram-se no desenvolvimento de uma teoria dos preços; Menger desconfiou de qualquer teoria dos preços e enfatizou a barganha, a incerteza e a descontinuidade na determinação dos preços de mercado.

¹³ Walras não era muito treinado em matemática, nessa disciplina tinha nível de segundo grau. Ele não confundia boa apresentação matemática com boa teoria. Veja por exemplo a resposta que fornece ao artigo do grande economista italiano Enrico Barone: "*Here is the (mathematical) formulation of marginal productivity, but the economic foundation is bad*". Apud. Jaffé (1983, p.127). Jevons (1996, p.48) diz que: "...minha teoria de Economia é de caráter puramente matemático. Mais ainda, acreditando que as quantidades com as quais lidamos devem estar sujeitas a variação contínua, não hesito em usar o ramo apropriado da ciência matemática, não obstante envolva a consideração ousada das quantidades infinitamente pequenas. Como a teoria perfeita de quase todas as outras ciências envolve o uso daquele cálculo [diferencial], não podemos, então, ter uma verdadeira teoria da Economia sem seu auxílio".

¹⁴ Howey (1972, pp.286-287) afirma existir pelo menos dois indícios de que Menger teria familiaridade com a matemática: 1. as suas cartas para Walras e 2. a sua biblioteca.

¹⁵ Jevons (p.58): "*Não hesito em dizer, também, que a Economia pode ser gradualmente elevada à condição de ciência exata, desde que as estatísticas comerciais sejam bem mais completas e exatas do que são no presente, de sorte que a doutrina possa ser dotada com um sentido preciso por meio do auxílio dos dados numéricos... A ciência dedutiva da Economia deve ser comprovada e tornada útil pela ciência puramente empírica da Estatística.*"

¹⁶ Sobre as leis da economia, Menger (1883, p.42) acredita que elas "*are not only without exceptions but according to our laws of thinking cannot be thought of in any other way but as without exceptions*". E que (p.259) "*Testing the exact theory of economy by the full empirical method is simply a methodological absurdity, a failure to recognise the bases and presuppositions of exact research. At the same time it is a failure to recognise the particular aims which the exact sciences serve. To want to test the pure theory of economy by experience in its full reality is a process analogous to that of the mathematician who wants to correct the principles of geometry by measuring real objects...*"

Os três autores, mesmo compartilhando elementos teóricos essenciais em suas teorias, pertencem a distintos paradigmas, ou mais propriamente “visões”, de economia.¹⁷ Eles estavam inseridos em contextos culturais muito distintos, ligados a raízes filosóficas inteiramente díspares: o utilitarismo na Inglaterra, a filosofia aristotélica na Áustria e a filosofia cartesiana na Suíça.¹⁸ Assim, embora esses autores tenham os seus nomes associados à “revolução marginalista”, hoje os estudiosos reconhecem a necessidade de se separar a contribuição de cada um dos membros do triunvirato, um movimento que ficou conhecido na literatura como “desomogenização”.¹⁹ Também há diferenças entre as idéias de cada autor e de seus seguidores.

O ambiente intelectual em que cada qual viveu ajuda a entender o porquê da originalidade de suas idéias, muito embora os acontecimentos históricos externos à ciência não possam explicar por si só como foi possível a eles formularem suas teorias. Além disso, as teorias possuem elementos em comum, o que nos remete à literatura sobre descoberta simultânea em ciência. Mas não queremos explorar esse veio investigativo, até porque as diferenças entre eles são muito maiores do que os pontos que os aproximam, principalmente comparando-se Menger em relação aos outros dois autores.

A tese da “desomogenização” das contribuições de Jevons, Menger e Walras reforça o argumento contrário ao conceito de “revolução marginalista”. Pois, nos períodos de revolução, os oponentes ao regime devem manter uma relativa unidade entre si. Na medida em que eles se diferenciam, enfraquece-se o apelo revolucionário de cada proposta, a menos que elas mantenham entre si elementos em comum suficientemente importantes. Veremos, a seguir, porque as diferenças entre eles são significativas e irreconciliáveis.

Em teoria e método, exercem-se em Walras influências de Cournot e de seu pai Auguste Walras. Daí advém boa parte dos conceitos e técnicas empregados por ele. A noção de oferta e demanda, o uso da álgebra na

¹⁷ O conceito de visão foi desenvolvido por Schumpeter como “*a preanalytic cognitive act that supplies the raw material for the analytic effort*”, apud. Blaug (1972, p.276).

¹⁸ Blaug (1972, p.269 e 1978, p.305) fala em renascimento da filosofia kantiana na Alemanha, na segunda metade do século XIX, que teria se espalhado para a Áustria e para o continente europeu. Ele caracteriza este movimento como uma “*back to introspection and sense-impression*”, embora para ele isto aparentemente não tenha influenciado o surgimento do subjetivismo na ciência econômica. Na verdade, a filosofia kantiana afetou o pensamento de economistas austríacos de gerações posteriores a Menger mas não o de Menger, que se aproxima do aristotelismo.

¹⁹ “Dehomogenizing”, em inglês. Cf. Jaffé (1976). Entre os comentadores atuais da obra de Menger, o processo de desomogenização está concluído, tornando-se tema óbvio afirmar as diferenças entre ele, Jevons e Walras. Cf. Alter (1990, p.318).

formulação de relações entre grandezas econômicas e do cálculo nos problemas de maximização, a idéia de equilíbrio geral entre os mercados, todas essas idéias já se encontravam em Cournot.²⁰ O conceito de *rareté* é herança do pai, embora Walras o tenha redefinido.²¹ Leon Walras seguiu o pai em sendo também um reformador social. Suas idéias sociais tinham afinidades com as de Mill, Henry George e os fabianos. Ele clamava pela nacionalização das terras - o Estado deveria comprá-las de seus proprietários. As terras seriam valorizadas com o progresso da sociedade e o Estado seria então ressarcido de seus gastos em adquiri-las. A renda da terra substituiria os pagamentos de impostos. Walras defendeu a criação de cooperativas entre produtores. Enfim, ele herdou do pai idéias sociais progressistas, embora seja um exagero considerá-lo um socialista - cf. Spiegel (1971, p.549).²²

Walras também se filia à corrente de autores que procurou aproximar a economia das ciências físicas. Ele defende a separação metodológica entre a economia como ciência - isto é, como teoria *stritu-sensu* - e seu ramo

²⁰ Cournot, embora tenha avançado na exploração de posições particulares de equilíbrio em mercados separados de outros mercados, sabia que sua análise era incompleta em não considerar a interdependência entre mercados e a compatibilidade entre posições de equilíbrio particulares. Cournot, entretanto, não estendeu sua análise nesta direção porque ele tinha dúvidas quanto à possibilidade de resolver o problema do equilíbrio geral. É que ele pensava o equilíbrio geral como um problema econométrico, onde se deveriam atribuir valores numéricos às variáveis. Somente Walras desenvolveu a idéia de equilíbrio geral expressa na forma de um sistema de equações simultâneas que ligariam os vários mercados da economia. É verdade que as relações entre diferentes mercados foram aventadas por teóricos anteriores, mas apenas Walras manipulou e construiu uma estrutura teórica geral capaz de dar conta de uma multiplicidade de relações ligando um mercado a outro. Para tanto, diferentemente das preocupações de Cournot, ele não procurou medir nada. Procurou tão-somente a construção de um sistema logicamente consistente, de validade teórica ou formal. Esta tarefa foi possível realizar sob hipóteses restritivas: ela requer concorrência perfeita, liberdade de entrada, mobilidade de fatores e flexibilidade de preços.

²¹ Leon Walras adotou a palavra *rareté* do pai e usou-a no sentido de utilidade marginal, mas o pai não tinha a interpretação do filho em mente. Auguste buscou um critério para dizer se um dado bem forma ou não uma parte da riqueza do país. Para isso, desenvolveu o seu conceito de *rareté*, e não para investigar preços relativos. Esse conceito era, para ele, a razão entre a quantidade do bem disponível e o número prospectivo de consumidores, cada um usando uma única unidade do bem. É o número médio de bens por consumidores. Índice que indica a fração da população que pode ter satisfeitos seus desejos por um bem. Vemos, portanto, que seu conceito de *rareté* não diz respeito a trabalho e nem a utilidade. Cf. Howey (1960, p.51).

²² Screpanti (1995, p.170) diz que Walras era a favor de um moderado reformismo socio-econômico, misturando liberalismo com intervenção do Estado. Ele considerou a si mesmo um "socialista científico". Entre as medidas intervencionistas que defendia consta também a nacionalização dos monopólios naturais, a intervenção das autoridades monetárias para estabilizar os preços e o controle sobre o mercado de capitais

aplicado. Enquanto ciência pura, cabe à economia analisar o fenômeno da troca e a proporção em que os bens são trocados. Para ela, os bens adquirem valor de troca no mercado como um fato natural independente da vontade de compradores e vendedores. A naturalidade do valor de troca, diz Walras, está presente em sua origem, em sua manifestação e em sua maneira de ser. As coisas adquirem valor, não pela vontade do homem, mas por serem úteis e raras, isto é, limitadas em quantidade - cf. Walras (1996, p.45). Não se conhece de onde Walras tenha buscado inspiração para a crença de que na teoria pura seria possível modelar os preços como se fossem fenômenos naturais sujeitos a regularidades análogas as das leis físicas. Blaug fala da influência da filosofia cartesiana. Mas o fato de Walras ter estudado engenharia no passado, antes de se tornar economista, talvez tenha incutido nele a necessidade de se buscar uma semelhança formal com a física.²³

O esquema teórico de Walras resume-se a buscar funções de oferta e demanda e as condições de equilíbrio de mercado, e ainda, articular independentemente o conceito de *rareté* para modelar as condições de ótimo subjetivo individual. Do ponto de vista epistemológico, seu trabalho mistura o empirismo de Cournot, com traços apagados da psicologia hedonista, e com a crença na validade de se modelar a ação de agentes estilizados - consumidores, produtores e leiloeiros. A epistemologia de Jevons é ligeiramente diferente da de Walras. Ele é mais incisivo em seu hedonismo e no cálculo do prazer e da dor. A teoria de Jevons não alcançou a amplitude da contribuição de Walras. Também utiliza o conceito de equilíbrio, mas não trabalha explicitamente funções de oferta e demanda. Analisa situações em que se buscam os ótimos alocativos com base na maximização da utilidade total. O conceito de utilidade em Jevons pretende-se apoiar numa base psicológica que não existia com a mesma ênfase em Walras. No mais eles são parecidos, o principal ponto que os separa é a maior influência utilitarista em Jevons.

Menger é bem diferente dos dois. Suas influências filosóficas foram outras. É afetado na sua formação pelo pensamento romântico alemão, pelo ramo historicista do direito alemão e pela filosofia clássica, ainda em voga na Viena dos anos setenta. Do romantismo, ele extrai a visão de ignorância do agente e de informação incompleta, dando um papel de relevo ao conceito de expectativa. Isto o leva a rejeitar veementemente a hipótese de conhecimento perfeito dos agentes e a idéia de *homo economicus*, hipótese presente no modelo de Walras.

²³ Para Hennings (1990, p. 101-102), a analogia com a física não era usual no início dos anos 70 do século XIX. Ela teria sido sugerida pelo pai de Walras. Cournot tornou-se um crítico ao uso da analogia física e da matemática em economia. Em 1909, Walras muda sua analogia; fala agora em ciência psico-matemática.

Menger acredita que a explicação econômica deve identificar as relações causais entre os fenômenos. Se a preocupação com o conhecimento humano tem uma raiz no romantismo alemão, onde buscar a importância que ele atribui à causalidade? Sem dúvida, podemos localizá-la na filosofia de Aristóteles. O pensador grego é citado muitas vezes em notas de rodapé do *Grundsätze*. Isso já é um indício da influência *peripatética* em Menger.

A crença na essência imutável do homem também aproxima a epistemologia e a visão de sociedade mengerianas da concepção de Aristóteles. Insistir neste ponto é importante porque nos leva a compreender melhor as diferenças que separam a economia de Menger da construção teórica dos outros "revolucionários". De fato, a epistemologia e a atitude metodológica de Menger, e de seus seguidores, podem ser melhor compreendidas ao se analisar os princípios que os separam dos demais. O aristotelismo foi usado por Menger contra a escola história alemã e contra os novos métodos matemáticos apresentados por Jevons e principalmente Walras.²⁴ Todos eles, no entanto, aceitaram o mesmo conceito de valor subjetivo, mas discordavam em pontos fundamentais para a construção de teorias.

Menger e a maioria dos economistas austríacos da época eram avessos ao tratamento matemático dos problemas econômicos. Não por falta de treino matemático, pois, nos ginásios da velha Áustria os estudantes tinham um bom treinamento nesta disciplina, e sim pela convicção dos austríacos de que equações e curvas não teriam lugar na teoria econômica. A convicção de Menger era de que a economia não deveria investigar as quantidades presentes no fenômeno econômico, mas as "essências" de conceitos como valor, renda, lucro, divisão do trabalho, bimetalismo etc. Enquanto Jevons e Walras expressaram as leis da troca em equações matemáticas, Menger não o fez na crença de que elas podem levar tão-somente a sentenças arbitrárias e não às "leis exatas" do fenômeno.²⁵ Walras usava a matemática para lidar com a relação entre variáveis mensuráveis, preocupando-se com a dependência funcional que se estabelece entre elas na configuração de equilíbrio. O seu sistema de equações procurava mostrar a interdependência dos fenômenos num

²⁴ A querela de Menger com Schmoller é bem conhecida. A lenta e crescente tensão entre ele e os marginalistas ocidentais tem sido negligenciada na literatura. Cf. Kauder (1957, p.412).

²⁵ Menger repudiou o grande trabalho matemático sobre teoria de preços do economista também austríaco Auspitz-Lieben. Em carta a Walras, de fevereiro de 1884, escreveu que o método matemático é errado. Böhm-Bawerk duvidou que os eleitores devessem seguir a explicação algébrica e geométrica num livro de teoria econômica. Comentando o "Über Wert", de Wicksell, ele diz que começar com álgebra faz o leitor se desinteressar pelo livro. Cf. Kauder (idem).

quadro de determinação simultânea das variáveis. Esse “funcionalismo” era bastante estranho à epistemologia de Menger que se valia do método *genético-causal*. No prólogo do *Grundsätze* ele escreve:

Na exposição que segue procuramos reduzir os complexos fenômenos da economia humana aos elementos mais simples, ainda acessíveis à observação segura, dar a cada um desses elementos simples o peso que por natureza lhes cabe e, com base nisso, investigar novamente como os fenômenos mais complexos evoluem novamente a partir de seus elementos mais simples. Cf. Menger (1988, p. 30).

Para ele, a teoria econômica deve construir um sistema como uma casa de tijolos. Os tijolos são os elementos simples da vida econômica, tais como necessidades, satisfações e bens. Esses elementos existem independentemente da decisão humana e compelem os homens forçando-os à troca de bens. A economia de mercado do modelo estilizado deve ser alterada passo a passo adicionando-lhe hipóteses mais realistas, de modo a aproximá-la gradativamente da economia real.

Os modelos matemáticos funcionais não focalizam a essência econômica. Por essência, Menger entende a realidade subjacente ao fenômeno estudado. Só o método *genético-causal* daria conta de explicá-la. Trata-se da crença no princípio do “realismo filosófico”. Este princípio diz que qualquer conhecimento pressupõe um objeto que está fora da mente e que pode ser tocado, copiado e refletido por ela.²⁶ Menger acredita na existência de um padrão eterno na estrutura e nos eventos do mundo econômico e social. Para ele, o modelo teórico é uma fotografia da realidade subjacente às aparências da vida diária.

A causalidade dos fenômenos ocorre no tempo e não se confunde com a necessidade lógica intemporal. Para Menger, tempo e causalidade estão inseparavelmente ligados. A essência da atividade econômica tem sua natureza existencial ligada a essa noção de tempo. O tempo físico real pertence à essência e não à aparência do fenômeno. A introdução do tempo como essencial, como um elemento ontológico da teoria exata, conduz a duas importantes consequências:

1. Em teoria, introduz incertezas na própria base da teoria econômica. Incertezas do indivíduo quanto ao curso de ação a ser tomado, o que leva a teoria a enfatizar a importância da aquisição de informações por parte dele. A hipótese de conhecimento perfeito ou de informação completa é

²⁶ Muitos dos filósofos austríacos eram realistas e ontologistas. O realismo filosófico separa a escola de Viena do historicismo alemão e da escola de Jevons e Walras. A influência da filosofia aristotélica na Áustria arrefeceu-se no fim do século XIX substituída pelo empirismo – hipótese de que a forma primária do conhecimento é a simples consciência dos dados dos sentidos – de Ernst Mach e dos seguidores do positivismo lógico.

inteiramente incompatível com o modelo teórico de Menger.

2. Em epistemologia, a introdução do tempo não apenas torna o processo econômico *teleológico*, ou até *entelequial*, mas também introduz causalidade unidirecional como uma exigência substantiva e formal, para se evitar regressão infinita.

A dicotomia aristotélica entre essência e aparência também serve para compreendermos a natureza do valor em Menger. O valor é a essência e o preço a aparência do fenômeno. À teoria pura, cabe investigar o valor; os preços são fenômenos aleatórios que devem ser estudados pela estatística. Em suma, a epistemologia e a metodologia de Menger, tal como revelada pela sua teoria econômica contida no *Grundsätze*, é aristotélica, não o aristotelismo racionalista ou o neo-aristotelismo tomista, mas tal como visto no século XIX pelos historicistas românticos alemães.

A teoria de Menger não é uma versão não-matemática da teoria de Jevons e Walras. Embora compartilhe com os marginalistas ocidentais a visão *atomicista* da sociedade e dos processos sociais, em oposição ao *holismo* da escola histórica, ele vai além do “individualismo metodológico”. O seu individualismo, na verdade, é “ontológico”: parte de uma concepção estática da natureza humana e procura reconstruir os fatos econômicos pelas leis de causalidade. Já o método de Jevons e Walras reduz o fenômeno econômico a tipos ideais pelo uso da abstração e do isolamento hipotético. Em Menger, o objeto da economia são as essências, a realidade subjacente ao fenômeno. Ele lida com essências aristotélicas, tais como os *tipos exatos* e as *relações típicas*. Esses tipos teóricos fornecem conhecimentos que transcendem a informação imediata. São conceitos válidos em qualquer instante e lugar. A base aristotélica de pensamento permite a ele conciliar a existência de leis, como uma relação natural do fenômeno a ser descoberta pela ciência “exata”, com a intangibilidade do elemento subjetivo inerente às relações humanas.

Menger não investiga as leis intrínsecas das sensações humanas, no estilo de Jevons, e não considera o indivíduo um átomo da análise, como em Walras. Seu ponto de partida é a naturalidade das necessidades. A ênfase recai no complexo de leis da natureza que formam a base da satisfação das necessidades humanas e sua evolução com o tempo na medida em que o campo das atividades humanas e das necessidades se expandem. Não é a explicação do fenômeno de preços com base no comportamento maximizador individual movido por impulsos psicológicos, segundo determinadas leis de sensações subjetivas. As leis da natureza, de que fala Menger, são leis de causalidade entre necessidades, bens e satisfações, que dizem respeito não às regularidades no movimento das sensações humanas, mas às relações que se estabelecem entre uma estrutura natural de necessidades e o encadeamento que ocorre, a partir

daí, entre elementos internos e externos à mente.

Há aspectos comuns nas teorias do valor de Menger, Jevons e Walras. Todos ambicionam a universalidade da teoria e, em todos esses sistemas, poderíamos, de alguma forma, traduzir suas proposições na linguagem moderna de maximização condicionada da função de utilidade, embora essa técnica não se coadune muito bem com o espírito da contribuição de Menger. Mas a discussão do valor é apenas o capítulo III do *Grundsätze*. O livro de Menger expõe outros elementos antes e depois desse capítulo, que são vistos como verbalização excessiva ou fatos óbvios pelos leitores não acostumados a percorrer em profundidade o saber econômico e filosófico, preocupados como estão apenas com as técnicas. O que vemos ao longo dessa obra são hipóteses epistemológicas, metodológicas e teóricas fundamentais para um projeto *sui generis* de construção de uma ciência econômica.

Jevons e Walras constroem seus modelos tomando mercadorias homogêneas e infinitamente divisíveis. Menger trabalha com mercadorias homogêneas, porém, com unidade discreta. Nos primeiros, tempo e espaço são apenas noções lógicas estilizadas, para Menger são noções essenciais. Aqueles trabalham com informação livre e completa, e ausência de incerteza e risco; este incorpora ignorância, busca de informação, incerteza e risco. Nele a informação é escassa. Nos modelos de Walras e Jevons, os ajustamentos são instantâneos e sem custos. Em Menger, os ajustamentos levam tempo. Naqueles autores, os agentes são tomadores de preços, no austríaco, enfatizam-se custos de transação; nele, os preços vigentes são acidentais, os valores são a essência relevante e o modelo pretende-se aplicar em qualquer estrutura de mercado: do monopólio bilateral à concorrência perfeita.

Então percebe-se claramente as diferenças que separam, no plano epistemológico, esses autores. Os escritos dos "revolucionários" ao serem "desomogenizados" pela história das idéias passam a ser vistos como *fronts* teóricos não necessariamente convergentes mas correndo em paralelo à evolução da economia clássica. Esse retrato histórico enfraquece a idéia de que tenha de fato ocorrido uma revolução no período em tela. Os trabalhos de Walras e Menger, muito lentamente ao longo do nosso século, irão servir como fonte de inspiração para a emergência de novas tradições de pesquisa. A assimilação de suas idéias pelo *mainstream* da ciência econômica hoje em dia ainda não se deu por completo. Muitos de seus seguidores reinterpretaram-nos e deram mesmo contribuições novas. Jevons não fez escola na Inglaterra, suas idéias ficaram obscurecidas pela presença influente de Marshall.

4 - CONTRA A SÍNTESE DE MARSHALL

Um último argumento que se pode utilizar contra a idéia de “revolução marginalista” é o de que a análise marginalista não esteve voltada a sanar as debilidades teóricas da economia clássica. Ela não representou, portanto, uma tentativa de fornecer uma nova solução aos problemas teóricos selecionados pela escola clássica. É que o marginalismo foi uma mudança de enfoque da natureza do objeto de estudo e dos problemas por ele suscitado. Entre uma e outra perspectiva teórica, há uma descontinuidade não só nas técnicas e nas soluções propostas mas também no tipo de questão enfrentada. Mesmo quando se debruçam sobre problemas aparentemente similares, clássicos e marginalistas estão falando de coisas diferentes. A temática do valor é ilustrativa. Valor para os clássicos compreende também a questão sociológica de explicar o mecanismo de coesão social; daí enfatizarem o valor de troca. Valor para a nova economia é valoração subjetiva, é o valor de uso. Mas não se pode colocar valor de troca e valor de uso como conceitos dicotômicos irreconciliáveis entre si.

Nesse tocante, é importante prestar atenção no que Menger diz no *Grundsätze*, escrevendo no capítulo sobre o valor:

... o valor de uso e o valor de troca são dois conceitos subordinados do valor, relacionando-se, um ao outro, como conceitos coordenados; em conseqüência, tudo o que dissemos acima com respeito ao valor geral tanto se aplica ao valor de uso como ao valor de troca” - Menger (1988, p.76).

Menger não adota, portanto, a estratégia dos clássicos de atribuir dois significados diferentes à palavra valor e associar o valor econômico apenas ao valor de troca, deixando o valor de uso como mera condição necessária para a sua existência. Há, nesse tocante, problemas na interpretação de conceitos que necessitamos desvendar. Para tanto, nossa estratégia inicial consiste em abandonar a antiga classificação da palavra valor que tanto incomodou os economistas clássicos na questão do “paradoxo do valor”.²⁷ A tradição mengeriana apenas pensa o valor como a importância do bem enquanto um meio para a realização de fins.

O valor, na acepção austríaca, surge na relação entre um meio – o bem – e um fim concebido. Esse fim pode ser um resultado objetivo ou a obtenção do bem-estar de uma pessoa. No primeiro caso diz-se que o bem possui um *valor objetivo*: ele tem o poder ou a capacidade de produzir algum efeito objetivo. Trata-se de um resultado técnico ou mecânico sem

²⁷ Trata-se do aparente paradoxo envolvendo água e diamante, no exemplo de Adam Smith. O primeiro bem tem grande valor de uso e pequeno valor de troca, o diamante é o contrário.

referência à satisfação do indivíduo. O valor objetivo não entra no estudo econômico, refere-se a problemas físicos ou de engenharia. Quando consideramos a importância de um bem em relação ao bem-estar humano aparece o conceito de *valor subjetivo pessoal*. É a ele que Menger e seus seguidores austríacos se reportam.

Valor subjetivo e *valor objetivo*, para os austríacos, são duas concepções independentes, acidentalmente associadas no uso comum enraizado em conceitos populares. Eles reconhecem, porém, a existência de uma ligação entre valor subjetivo e *valor de troca objetivo* – a capacidade ou poder de um bem de obter outros bens em troca. Para os austríacos, entretanto, nenhum bem tem realmente esse poder. É só o poder conferido a bens na maquinaria complexa de uma comunidade econômica organizada, não existindo fora de um sistema de troca. É um poder que surge na conexão ou relação de duas coisas, e não da coisa em si. O valor de troca é objetivo, é poder mecânico, mas é também uma superestrutura de estimativas pessoais e subjetivas do valor dos bens pelos compradores e vendedores no mercado. Podemos assim substituir a partição clássica entre valor de troca e valor de uso pelo par de conceitos valor subjetivo pessoal e valor de troca objetivo, no entanto, estes últimos não se encontram numa relação “paradoxal”. Ambos são conceitos subordinados ao valor que ...

... é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar” e portanto “só existe na consciência das pessoas em questão. Cf. Menger (idem, p. 77).

Menger e seus discípulos Böhm-Bawerk e Wieser diferenciam o valor de troca puramente objetivo do *valor de troca subjetivo*. O bem tem duas importâncias subjetivas: pode ser usufruído diretamente e a coisa dada em troca dele pode ser usufruída. O valor subjetivo conteria esses dois ramos distintos de valor de uso e *valor de troca subjetivo*. Como na sociedade sempre há alguma troca de bens, todo bem adquire um segundo valor subjetivo possível, como uma forma de troca com outros bens ou como uma potencialidade para se obter outros bens. A troca é precedida da comparação e escolha entre esses dois valores. O valor subjetivo total do bem é determinado pelo maior destes dois valores subjetivos. Note-se que o *valor de troca subjetivo* é determinado pela utilidade marginal que depende das coisas obtidas em troca do bem. Portanto depende do preço, isto é, do *valor de troca objetivo* dos bens, além de depender da escala de desejos individual. Valor, em Menger, é *valor subjetivo pessoal*. Valor de troca, no sentido de relação de preço, é valor objetivo. A essência do fenômeno é o valor subjetivo. O valor objetivo é um fenômeno que se processa na superestrutura das avaliações subjetivas. Os dois fenômenos interessam à ciência econômica, este último à ciência histórica e estatística; o valor, a

essência mesma do fenômeno, é objeto da teoria pura.

A tradição econômica clássica elege o valor de troca, como objeto de estudo, e relega o valor de uso. Marx define a categoria valor como substância social, como conceito portador de relações sociais. Menger, Wieser e Böhm-Bawerk elegem o valor subjetivo como essência do fenômeno. Note-se, portanto, que não coincidem as definições que atribuem a seus respectivos objetos de estudo. Qualquer comparação é sempre enganosa, se não considerarmos as diferenças entre seus sistemas filosóficos.

A teoria subjetiva do valor é um ponto que une os “revolucionários”, resguardadas as diferenças terminológicas e a epistemologia subjacente a cada um dos sistemas teóricos. No fim do século XIX, a teoria do valor de Menger e seus discípulos, integrada às contribuições de Jevons, fora condensada no livro de W. Smart (1891). A obra de Smart foi publicada apenas um ano depois do aparecimento da primeira edição dos “*Princípios de Economia*” de A. Marshall e, como esta, também teve grande repercussão na Inglaterra. Pode-se considerar que a exposição de Smart carrega a mensagem fundamental na questão do valor que Jevons e Menger transmitiram à comunidade científica - em relação a Walras, sua teoria ainda era pouco lida e compreendida. O que ficou do legado marginalista por essa época é a idéia de que a teoria do valor trata do valor subjetivo, que é a importância do bem no atendimento de necessidades concretas, quer no seu consumo direto ou em troca de outros bens. Neste caso, interessa a utilidade do bem recebido em troca. Mesmo aqui ainda se mantém a utilidade como critério para o valor, embora o montante total de utilidade dependa da relação de troca. Não é, entretanto, uma concessão ao valor objetivo, pois mesmo o valor de troca só é superficialmente objetivo. A sua objetividade reflete uma superestrutura de avaliações subjetivas. Portanto, o fenômeno do valor fica completamente reduzido à dimensão subjetiva, direta ou indiretamente.

Na questão do valor, o único tipo de síntese possível entre esta visão e a dos clássicos requer que se estabeleça um esquema de classificação de fenômenos que aponte a que fenômenos se aplica a teoria marginalista e a quais deles se reportam os clássicos. O corte teria de ser quanto à identificação de metas do conhecimento e de duas ontologias que poderiam ser sobrepostas se se encontrasse um aspecto em que esses sistemas teóricos se complementam. Não há outra possibilidade porque, como vimos, a nova teoria remete a diferentes questões pertinentes a distintos objetos de estudo.

Se não houve de fato uma revolução entre uma teoria e outra, não se coloca a necessidade de qualquer tipo de síntese, pelo fato de não haver problemas de continuidade ou, no caso em que estamos analisando, porque

os dois sistemas, sendo díspares, não precisariam ser logicamente integrados. Mesmo no caso da revolução ter existido, a integração teórica é apenas um quebra-cabeças para a etapa revolucionária da ciência. Nem sempre ela é possível, no modelo dos paradigmas de Kuhn a incomensurabilidade dos sistemas impede a síntese. Na verdadeira revolução científica, a quebra do arcabouço teórico anterior é acompanhada pela introdução de um novo enfoque que, embora dê um tratamento alternativo ao problema, ainda conserva uma arena comum de temas tratados pelas teorias.

Os argumentos historiográficos que desenvolvemos neste artigo apontam para a não existência de uma revolução teórica em economia nos anos setenta do século passado, e também para a impossibilidade de uma síntese lógica entre a teoria clássica e a escola subjetiva do valor.

A tentativa de síntese impetrada por Marshall nos anos oitenta tornou-se conhecida pela metáfora da tesoura: assim como não se pode dizer qual das duas lâminas de uma tesoura efetivamente corta o papel, também não se pode apontar a utilidade ou os custos como fatores que isoladamente determinam o valor. A teoria da utilidade seria a novidade teórica, e ela é integrada por Marshall à antiga teoria do valor-custo de produção pelo emprego do tempo como categoria analítica. No curto prazo, a oferta é fixa e a utilidade marginal determina os preços, no longo prazo a oferta se ajusta ao mercado e a variável determinante do valor é o custo. O tempo foi o elemento-chave encontrado por Marshall para fazer a síntese das escolas. Vemos, entretanto, que efetivamente o professor de Cambridge não estava integrando dois modelos mas criando uma teoria própria que, embora tenha retido elementos da economia clássica e utilizado-se do conceito de utilidade e do cálculo marginal, redefiniu para si os conceitos e o próprio fenômeno estudado, a ponto de podermos imputar-lhe originalidade.

Os legítimos herdeiros da revolução marginalista foram os teóricos do equilíbrio geral e os economistas austríacos. Todos eles nunca aceitaram a síntese proposta por Marshall, pelo contrário, principalmente na linha austríaca, mantiveram a firme convicção de que, em última instância, só a avaliação subjetiva individual determinaria o valor econômico. No modelo de oferta e demanda, neoclássicos e marginalistas, ambos concordam que a função de demanda é determinada pelas estruturas das necessidades concretas e pelas utilidades marginais (incluindo, é claro, a utilidade marginal da moeda). Mas os marginalistas não aceitam que a função de oferta seja determinada pelos custos de modo independente da utilidade marginal. Isto traz implicações importantes no ensino da História do Pensamento Econômico: no estudo do período, devemos evitar equívocos conceituais e historiográficos.

5 - CONCLUSÕES

O artigo procurou enfraquecer a idéia de “revolução marginalista” seguindo três estratégias. Na primeira seção, argumentamos que os elementos tidos como novidades conceituais não eram totalmente inéditos, mas vinham sendo germinados em uma tradição que se desenvolvera ao longo do século XIX; e que os aspectos epistemológicos mais inovadores não foram bem desenvolvidos pelos seus proponentes ou assimilados pela comunidade. Também vimos que a escola marginalista não visava à solução das deficiências da teoria clássica apontadas pelos seus críticos. Na segunda seção, perfilamos muitos argumentos que mostram as diferenças que separam a contribuição de cada autor da “revolução”. Reconhecida a tese da “desomogenização”, enfraquece-se a idéia de revolução, pois em oposição à antiga escola não se coloca uma única visão alternativa, mas um leque de modelos teóricos que, do ponto de vista conceitual e epistemológico, mais se afastam do que se aproximam, embora mantenham, num grau variado, o uso do raciocínio marginalista e do subjetivismo na questão do valor. A economia clássica após esse episódio prosseguiu no velho estilo, mantendo seu público cativo.

O lento descrédito da tradição clássica não começou no início dos anos setenta, período pretensamente revolucionário, mas ele tinha se principiado já na década anterior. O abandono dessa tradição pelo *mainstream* ocorreu efetivamente nas três primeiras décadas deste século. A economia clássica passou a ser vista associada ao marxismo e se tornou dominante apenas nos estudos de um grupo seletivo de economistas. De fato, na Inglaterra a microeconomia do equilíbrio parcial de Marshall dominou completamente a cena acadêmica. Na passagem do século, o sistema de Marshall teve um grande impacto na evolução da ciência econômica no país berço da tradição clássica. O termo “revolução marshalliana” talvez se aplique melhor do que a idéia de “revolução marginalista” em Jevons, Menger e Walras. Isto já é outra questão que foge ao nosso tema.

Finalmente, o último argumento em reforço à nossa tese consistiu em relativizar o impacto da síntese proposta por Marshall, mostrando a impossibilidade de acoplar-se uma teoria objetiva do valor no modelo subjetivista, quando se toma a exegese dos conceitos e os elementos de incomensurabilidade entre eles.

BIBLIOGRAFIA

- ALTER, M. What Do We Know About Menger? In: CALDWELL, B.J. (ed.). Carl Menger and His Legacy in Economics, annual supplement to v. 22. *History of Political Economy*, Durham and London: Duke University Press, 1990.
- BLAUG, Mark. Was There a Marginal Revolution?, *History of Political Economy*, 4, 2, 1972.

- _____. *Economic Theory in Retrospect*, Cambridge: Cambridge Univ. Press 1978.
- HANEY, Lewis H. *History of Economic Thought: a critical account of the origin and development of the Economic theories of the leading thinkers in the leading nations*, 4^a. ed., New York: Macmillan, 1949.
- HAYEK, F.A. Carl Menger. In: SILLS, D.L. (ed.) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, New York: Macmillan and Free Press, v. IV, n. 10, p. 124-27, 1968.
- HENNINGS, K. and SAMUELS, W.J. (eds.). *Neoclassical Economic Theory, 1870 to 1930*, Boston: Kluwer Academic Publishers, 1990.
- HOWEY, R.S. The Origins of Marginalism. *History of Political Economy*, 4, 2, 1972
- _____. *The Rise of the Marginal Utility School*, Lawrence: University of Kansas Press, 1960.
- HUTCHISON, T.W. *A Review of Economic Doctrines 1870-1929*, Oxford 1953.
- _____. The Marginal Revolution and the Decline and Fall of English Classical Political Economy. *History of Political Economy*, 4, 2, 1972.
- IBISATE, Fernando M. El Enfoque Microeconômico: Marginalismo e neoclássicos. En: IGLESIA, Jesús de la (coord.). *Ensayos sobre Pensamiento Económico*, Madrid: McGraw-Hill. 1994.
- JAFFÉ, William. Menger, Jevons and Walras de-homogenized. *Economic Inquiry*, 14, 4, 1976
- _____. *Essays on Walras*. WALKER, Donald A. (ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JEVONS, W.S. *A Teoria da Economia Política*, São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KAUDER, E. Intellectual and Political Roots of the Older Austrian School, *Zeitschrift für Nationalökonomie*, 17, p. 411-25, 1957.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Perspectiva, 1982.
- MEEK, R.L. Marginalism and Marxism. *History of Political Economy*, 4, 2, 1972.
- MENGER, C. (1889). Grundzüge einer Klassifikation der Wirtschaftswissenschaften, trad. Ingl.: Toward a Systematic Classification of the Economic Sciences. In SOMMER, L. (ed.). *Essays in European Economic Thought*, Princeton: Van Nostrand, 1960.
- _____. (1883). Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaften, und der politischen Oekonomie insbesondere, trad. Ingl.: *Problems of Economics and Sociology Urbana*, University of Illinois Press, 1963.
- _____. *Princípios de Economia Política*, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- RIMA, I.H. *História do Pensamento Econômico*, São Paulo: Atlas, 1977.
- SCHUMPETER, J.A. *History of Economic Analysis*, London, 1954.
- SCREPANTI, Ernesto e ZAMAGNI, Stefano. *An Outline of the History of Economic Thought*, Oxford: Clarendon Press, 1995.
- SMART, W. (1891). *An Introduction to the Theory of Value on the Lines of Menger, Wieser, and Böhm-Bawerk*, reprint New York, Kelley, 1966.
- SPENGLER, Joseph J. & ALLEN, William R. *Essays in Economic Thought: Aristotle to Marshall*, Chicago: Rand McNally & Company, 1960.
- SPIEGEL, H.W. *The Growth of Economic Thought, revised and expanded edn*, Durham: Duke University Press, 1971.
- STIGLER, George, J. The Development of Utility Theory. *The Journal of Political Economy*, aug. 4, vol. LVIII, 1950.
- _____. The adoption of the marginal utility Theory. *History of Political Economy*, 4, 2, 1972.
- WALRAS, Leon. *Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo: Nova Cultural. 1996.
- WINCH, Donald. Marginalism and the Boundaries of Economic Science. *History of Political Economy*, 4, 2, 1972.